



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## O HISTORIADOR, ARTESÃO DOS AMBIENTES DA VIDA

## THE HISTORIAN, CRAFTSMAN OF LIFE ENVIRONMENTS

Elza Silva Cardoso Soffiatti

Centro Universitário Claretiano/SP

### Resumo

O presente texto tem por objetivo central discutir questões oriundas do debate historiográfico contemporâneo para situar os problemas relativos à construção biográfica, interpelando alguns referenciais, conceitos recorrentes e definições mais clássicas, e as exigências de um novo olhar sobre a documentação histórica e a análise documental, de forma geral, um novo olhar a respeito da forma como são abordadas as temáticas pertinentes às construções biográficas na seara da História.

**Palavras-chaves:** Debate historiográfico. Intelectuais. Biografia.

### Abstract

The central objective of this text is to discuss issues originated from contemporary historiographical debate in order to situate problems of biographical construction, by interpellating some references, recurring concepts and more classical definitions, and requirements of a new look at the historical documentation and document analysis, in general, a new look concerning relevant issues which are addressed to biographical constructions in the harvest of history.

**Keywords:** Historiographical debate. Intellectuals. Biography.

## Introdução

O presente texto tem por objetivo central discutir questões oriundas do debate historiográfico contemporâneo para situar como exemplo os problemas relativos à construção biográfica, interpelando alguns referenciais, conceitos recorrentes e definições mais clássicas, e as exigências de um novo olhar sobre a documentação histórica e a análise documental, de forma geral, um novo olhar a respeito das tematizações.

Se a História hoje se funda, ou melhor, funda seu olhar sob um novo fazer, uma nova forma de fazer-se, a História feita com novas fontes, impõe olhares diferentes e mais amplos acerca das fontes como amplamente utilizadas. Dada a esta grande utilização de certos tipos de fontes estas se tornaram, em alguns momentos, esvaziados de sentido histórico e humano, adentraram na normalidade e caíram no senso comum da análise e interpretação do conhecimento, tornando-se banalizadas, como por exemplo, comenta Beatriz Sarlo.

Sarlo aponta um desafio inicial que é fazer com que a História não pense a si mesma segundo as leis auto-suficiente da objetividade, fazendo com que o historiador questione seus saberes e se questione acerca da totalidade de seu conhecimento. O passado chega ao presente e nesse processo há desgastes, por isso é necessário refazer as perguntas de tempo em tempos. As perguntas refeitas nós permitem superar o "inferno da generalidade", e as idéias que esta generalidade acaba por esconder. Por esse motivo é necessário ao pesquisador redimensionar as perguntas e colocá-las em acordo com a agenda pública das discussões teóricas e interpretativas.

A documentação, então, é uma coisa viva, as ações de um dado momento histórico estão lá descritas de alguma forma e nisso há dinamicidade, o que cobra que o historiador se atente aos detalhes, as minúcias, levando em consideração os

sujeitos e seus gestos, na busca de uma interpretação que escape da generalidade predominante.

Com isso o historiador pode oferecer um olhar prospectivo da história para o não esquecimento e com o uso da história como fonte de crítica do presente. Por uso prospectivo da História devemos compreender a busca da inserção das temáticas de pesquisa histórica na agenda pública, nas discussões que vigoram no tempo presente, na contemporaneidade. Para isso é necessário ter em perspectiva as questões que querem se fazer pensar: Quais questões são importantes hoje? O que resta do passado aqui? Qual diálogo nos constrói? Quais diálogos são construídos? É esse espaço que o historiador deve reivindicar, ou seja, o da possibilidade da conversa significativa com o que se quer contribuir. É a necessidade do historiador em buscar as experiências do passado na perspectiva do presente.

Pallares-Burke (2000), em *As muitas faces da história*, remete as entrevistas de Natalie Zemon Davis e Jack Goddy, para indicar, como exemplo, a forma que o diálogo de ambas as entrevistas, deixa latente a diversidade do fazer histórico e do olhar do historiador, bem com a possibilidade da diversidade de métodos dos quais os historiadores podem lançar mão no fazer histórico e para o fazer histórico.

De outra perspectiva, Edward Said (2003) também apontou no texto *O papel público de escritores e intelectuais* um novo papel político e público do intelectual no final do século XX e início do século XXI. O interesse na agenda pública mundial e o papel do intelectual em relação ao mundo, principalmente o oriental, reforçando ainda mais a idéia referida acima acerca da importância do historiador inserir sua discussão na agenda pública. Said aponta o crescente diálogo dos intelectuais com os acontecimentos mundiais e as discussões das humanidades na globalização. O espaço virtual comunicativo, para ele, possibilita a globalização como espaço da produção de sentido, entretanto, ele aponta a efemeridade em relação à rapidez do movimento no espaço virtual e, conseqüentemente na produção de sentido, por exemplo, a produção de textos.

A tecnologia tem tornado os processos de produção mais rápidos e ao trazer isso para o âmbito da história e para o trabalho do historiador (intelectual da história), notamos ainda que revela-se um diálogo entre o historiador e o computador (para exemplificar um aspecto da tecnologia que o historiador utiliza), sendo comum que o historiador ainda utilize o computador, em sua maioria, como “máquina de escrever”, minimizando o seu uso como um lugar de fonte de memória, de fonte de documentação, como um local de pesquisa de acervos, arquivos, entre outros mais.

Segundo o Said, em alguns pontos elucidados em seu texto, como a intolerância, que para além do reconhecimento de identidade, move a agenda pública dos debates históricos; e há outros assuntos e temáticas como os direitos civis e direitos humanos que também são relevantes para a construção da agenda pública das discussões. Esses assuntos colaboram para a construção dos edifícios teóricos do século XXI e que os intelectuais devem pensá-los.

O intelectual deve-se colocar como olheiro e, no caso do historiador, proteger e impedir o desaparecimento do passado, por meio da apresentação de leituras e alternativas, reinventar a área da coexistência ao invés em “campos de batalhas” (trabalhos coletivos), deve buscar discutir as questões sobre a justiça e direitos humanos com foco na paz e na igualdade.

Uma aproximação das discussões em torno das teses de Raymond William (1979), também vislumbra um alargamento teórico e um novo caminho que deveria seguir no processo de construção da história pertinente aos objetos historiográficos. William discute uma gama ampla de assuntos, dos quais vou focar dois. O primeiro vai ser o espaço da cultural como espaço fundamental para a vida contemporânea, para além da manifestação, da representação, do produto de algo, mas como produção da vida contemporânea e luta política da vida cultura uma configuração da História Social na sua vertente cultural. Para ele a cultura não é apenas a produção de, mas os processos que, constituem o modo de vida. Há culturas e possibilidades do

modo de fazer que se configuram no texto como um embate histórico e não como fruto analítico. William ressalta a importância da contextualização dos conceitos. Nesse ponto aparece uma das críticas a tradição marxista que, segundo ele, de alguma forma engessa, fixa os conceitos.

O segundo ponto se funda na discussão sobre o hegemônico, principalmente ao conceito de hegemonia, sob o qual William alega que há um problema fortemente demarcado no interior do próprio conceito. Afirma:

Em certos usos, embora me pareça que não em Gramsci, a tendência totalizadora, do conceito, que é significativa e na verdade crucial, é transformada numa totalização abstrata, forma em que se torna facilmente compatível com os sentidos sofisticados de superestrutura e até mesmo de ideologia. Isto é, a hegemonia pode ser considerada como mais uniforme, mais estática e mais abstrata do que na prática, se for realmente compreendida. Como qualquer outro conceito marxista, ela é particularmente suscetível de definição de época do que de definição histórica, e de descrição categórica, em distinção de descrição substancial. Qualquer separação de seus princípios orgânicos, ou de suas características determinantes, que têm na verdade de ser apreendidos na experiência e pela análise, pode levar rapidamente a uma abstração totalizadora. E então os problema da realidade da dominação e subordinação, de sua relação com a contribuição modeladora, podem ser apresentados de maneira falsa.

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais, (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada. Defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desfiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então que acrescentar ao

conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática.

Uma maneira de expressar a distinção necessária entre os sentidos práticos e abstrato dentro do conceito é falar do "hegemônico", e não de "hegemonia", e de "dominante", em lugar de simplesmente "dominação". A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e culturas alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade (WILLIAM, 1979 p.116).

Para complementar essa ideia é relevante conhecer o posicionamento de William em relação às instituições, suas formações, constituições e funções. Segue sua análise:

As instituições formais, evidentemente, têm uma influencia profunda sobre o processo social ativo. O que é abstraído na Sociologia ortodoxa como "socialização" é, na prática e em qualquer sociedade real, um tipo específico de incorporação. Sua descrição como "socialização", o processo universal abstrato de que todos os seres humanos dependem, é uma maneira de evitar, ou ocultar, esse conteúdo e intenção específicos. Qualquer processo de socialização inclui, é claro, coisas que todos os seres humanos têm que aprender, mas qualquer processo específico une esse aprendizado necessário a uma variação selecionada de significados, valores e práticas, que, na intensidade mesma de sua associação com o aprendizado necessário, constituiu a base real do hegemônico (Id., p. 120).

As instituições, sejam quais forem, constituem-se pela educação como construtoras da ordem social, familiar, política hegemônica. O autor elucida a importância da família, que ao ensinar de forma seletiva aos jovens, esses aprendem desde a infância a cuidar de si, até a manter uma dada ordem social, selecionado sempre entre as opções que lhes são oferecidas. A prática educativa é assim descrita:

A educação transmite o conhecimento e as habilidades necessárias, mas sempre através da seleção entre todas as possibilidades, e com atitudes intrínsecas, tanto para com o aprendizado como para as relações sociais, que são na prática virtualmente inseparáveis. Instituições como igrejas são explicitamente incorporativas (Id. Ib., p. 120).

William elucida ainda, que além das igrejas, o trabalho, comunidades específicas em locais específicos também são fortes e poderosos instrumentos de pressão sobre as vidas as pessoas, impondo a elas “significados, valores e atividades” E destaca ainda que “nas sociedades modernas, temos de acrescentar os grandes sistemas de comunicação, que materializam notícias e opinião, e uma ampla variedade de percepções a atitudes selecionadas” (Id. Ib., p. 120)

Para ligar suas ideias em relação à constituição e formação da hegemonia, William afirma que:

A verdadeira condição da hegemonia é a auto-identificação efetivas com formas hegemônicas: uma socialização específica e internalizada que deve ser positiva, mas que, se isso for possível, terá como base um reconhecimento (resignado) do inevitável e necessário (Id. Ib., p. 120).

Após a análise destas proposições, os questionamentos se ampliam para a inserção social do trabalho historiográfico em perspectiva da atividade intelectual crítica. Vejamos exemplarmente.

A Igreja, instituição social, foi desde o século XVI e efetivamente no XIX perdendo para a sociedade civil, o espaço hegemônico e ficou cada vez mais reduzida a sacristia, sem poder de influência e comando da e na sociedade civil. Ao fazer referência a hegemônico, me refiro ao posicionamento discutido por William acima, que supõe o hegemônico e não a hegemonia, que propõe o dominante e não a dominação (SOFFIATTI, 2012, 2013).

Para compreender o processo é necessário levar em consideração o espaço hegemônico que a Igreja ocupou por longos séculos, durante toda a Idade Média, período em que possuía o poder hegemônico, o discurso hegemônico. No entanto com aquelas mudanças a partir do século XVI e o acirramento dessas mudanças no XIX, no qual podemos destacar o liberalismo e a laicização da sociedade, vista pelos papas daquele século como grandes males da modernidade – acompanhados por outros como, o evolucionismo e o socialismo, para citar alguns – demarcaram um posicionamento de fechamento e não aceitação da Igreja em relação sociedade que se constata ao longo do século XIX.

Até meados do século XX o posicionamento de intransigência e não aceitação a modernidade e suas características foram mantidas. Somente a partir da década de 1920, houve alguma mudança gradual nas ações da Igreja, que de intransigente passou a ser de diálogo, de negociação com o mundo moderno, liberal, laico.

Em suma, o que a Igreja perdeu foi o espaço hegemônico com o qual estava habituada a lidar durante séculos a partir da intransigência que caracterizou a sua primeira reposta. Uma segunda resposta foi o diálogo, à qual se seguiu uma terceira, com as perspectivas abertas a partir do Concílio Vaticano II. Entretanto do fechamento até a aceitação foram aproximadamente cento e vinte anos, isso se usamos como marcos temporais o pontificado do papa Pio IX no século XIX, o mais intransigente em relação ao mundo moderno em contraposição ao papa João XXIII que convoca o Concílio Vaticano II<sup>1</sup>.

A discussão teórica acerca da hegemonia é, como apresentada, um fundamento teórico de essencial importância para as discussões do presente, exemplificado na compreensão das instituições religiosas, pois alicerça-o de forma a fazer compreender as identidades que assume a sociedade contemporânea.

---

<sup>1</sup> O Concílio Vaticano II foi de 1962 a 1965, teve início no pontificado do papa João XXIII e terminou no pontificado do papa Paulo VI.



## 2. Inflexões em torno do problema biográfico

Ao analisarmos o problema biográfico como gênero de discurso, podemos elucidar dois gêneros distintos, que são os relatos de vida e a biografia. Somente no século XIX, a biografia ganhou o estatuto de gênero, principalmente em 1863, no *Dictionnaire de Littré*. Segundo François Dosse a evolução da biografia como gênero literário denota três modalidades temporalmente caracterizadas: 1. Idade heróica; 2. Idade moral; 3. Idade hermenêutica. Diz o autor:

O caráter híbrido do gênero biográfico, a dificuldade de classificá-lo numa disciplina organizada, a pulverização entre tentações contraditórias – como a vocação romanesca, a ânsia de erudição, a insistência num discurso moral exemplar – fizeram dele um subgênero há muito sujeito ao opróbrio e a um déficit de reflexão(...). Sem dúvida a biografia dá ao leitor a ilusão de um acesso direto ao passado, possibilitando-lhe, por isso mesmo, comparar sua própria finitude à da personagem biografada. Ademais, a impressão de totalização do outro, por ilusória que seja, responde ao empenho constante de construção do eu em confronto com o outro: poderia imaginar o que seria [...] uma biografia verdadeira, por assim dizer, que satisfizesse ao desejo de Baudelaire: “A biografia busca explicar e verificar, por assim dizer, as aventuras misteriosas do cérebro; bio-grafias, escrita viva e múltiplas, ficção lógica”. (DOSSE, 2009, p. 13).

A rejeição da biografia pela historiografia, desde a primeira metade do século XX, principalmente por ter havido certo desinteresse dos historiadores pelo gênero biográfico, sobretudo, em função da valorização de uma historiografia marxista voltada para o papel das massas na história, da rejeição de alguns seguidores dos *Annales* com relação as narrativas da história focadas em indivíduos, e a diminuição do papel dos “heróis”, na ênfase de braudeliana na história total, na longa duração, associado a um interesse crescente da historiografia pelas estruturas.

Em relação aos *Annales* e sua relação com as e as biografias é possível considerar que no grupo havia alguma proximidade, como foi o caso de Lucien Febvre, um dos pioneiros em colocar as bases de uma biografia histórica renovada. Ao fazer os estudos histórico-biográficos de Lutero em *Martinho Lutero, um destino*, em 1928 e Rabelais em *O problema da descrença no século XVI, a religião de Rabelais*, de 1948, Lucien Febvre deu vida a personagens individuais, porém, analisando suas mentalidades e os situando numa dada época e sociedade. Com isso estavam lançadas as pistas que levariam do indivíduo ao ator ou atores da história.

Durante as décadas de 1960 e 1970, houve algumas renovações nos estudos histórico-biográficos e um retorno dos estudos biográficos na França, fenômeno que se deu em conjunto com uma reabilitação dos estudos da História Política.

No início dos anos 80 os ensaios sobre o gênero biográfico florescem de fato na história, como se constata na consagração nos dicionários de verbetes especializados e a organização de eventos temáticos. Em 1999 em Blois, na França, aconteceu o Observatório de Biografia Histórica, um encontro sobre biográfico, que demarcou que o fenômeno do fazer biográfico ultrapassava as fronteiras da França, e mantinha sua vitalidade.

Consideremos desta forma que em 20 anos houve um aumento surpreendente nas publicações biográficas, surgindo um empreendimento editorial sistemático, no qual a influência dos historiadores não parou de crescer. E podemos destacar nesse contexto editorial Max Gallo, com biografias sobre Napoleão, Vitor Hugo, De Gaulle ou como o historiador François Kersaudy, como biografia Winston Churchill. Hoje não existe praticamente uma editora francesa que não tenha uma coleção de biografia, o que leva pergunta sobre o significado desse retorno da biografia, na França em particular. Trata-se de um simples retorno? Apenas a questão do gosto pela biografia não bastaria para responder esta pergunta. Mudanças historiográficas tendo em vista as críticas e os limites apresentados pela história global idealizada pelos *Annales*. Crise do marxismo e libertação de uma história

quantitativa e serial que havia subjugado a história factual, ligado a um retorno à história factual, também permeiam o horizonte. Ao lado disso, o aumento das relações entre a História e o desenvolvimento das ciências sociais e naturais no século XX, em especial, a Biologia, Sociologia, Psicologia e Psicanálise completam o cenário.

A Psicologia e a Psicanálise contribuíram para "*renovação do individualismo*" a qual, segundo Levillain, pressupõe um enfoque voltado para o indivíduo no que diz respeito ao reconhecimento da liberdade de escolha do homem bem como o confronto entre ele e a sociedade no tocante à fixação de valores. E nesse ponto nos aventamos com a renovação do individualismo.

A posição do indivíduo no sistema social é definida por um código comportamental que responde às expectativas e às exigências normativas de uma posição. O indivíduo "interpreta", em função de sua posição na estrutura social, um papel que é, no essencial, constituído pelas expectativas sociais que correspondem a essa posição. A teoria dos papéis é inseparável de uma problemática da socialização: é porque os indivíduos interiorizaram papéis que eles podem "representá-los" (FABIANI, 2002, p. 51).

Portanto, esse retorno parte de um princípio de que existe autonomia do indivíduo na sociedade, e é um desafio contra o marxismo que tem como base um coletivismo metodológico, espaço crítico da ordem social para a configuração dos processos hegemônicos.

Há alguns aspectos da biografia que podemos realçar no trabalho da história contemporaneamente, pois não se trata de fazer, simplesmente, a história dos grandes, mas de examinar os atores (ou o ator), protagonistas ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não é mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos.

O biografado não é mais apresentado como herói, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual.

A biografia deve ainda seu ressurgimento aos estudos sobre a vida privada dos indivíduos, estudos que permitiram dessacralizar os papéis estritamente públicos que esses personagens exerceram, revelando as complexas relações entre vida privada e vida pública.

### Segundo o mesmo Levillain

a biografia resume uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, exercício apropriado para identificar uma figura num meio, examinar o sentido adquirido por uma educação distribuída a outros segundo os mesmos modelos, analisar as relações entre desígnio pessoal e forças convergentes ou concorrentes, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios. (2003, p. 165).

Há algumas obras que marcaram este debate, entre as quais se sobressaem como matrizes de renovação historiográfica para o gênero *Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1973), história do matricida francês que também matou os irmãos, de Michel Foucault; o estudo de Georges Duby sobre Joana D'Arc, intitulado *O processo de Joana d'Arc*, (1973); e a biografia de São Luis, de Jacques Le Goff, intitulado *São Luis*, (1996).

Na relação que os estudos biográficos estabeleceram com a Micro-História podemos verificar que o trabalho do historiador com biografias também será influenciado pelos historiadores que criaram a abordagem da Micro-História no início da década de 1980. Assumindo a legitimidade do "fatiamento da história" posto em cena pela Nova História, porém preocupada com a problematização mais nítida do objeto de investigação, especialmente quanto às hierarquias e conflitos sociais, a

Micro-História trouxe à luz importantes biografias extraídas desta nova prática historiográfica.

Os exemplos deste tipo de narrativa seriam o clássico *O queijo e os vermes*, de Carlo Guinzburg, cujo personagem é um moleiro friulano, Domenico Scandella, conhecido por Menocchio e a história de *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Z. Davis, a trajetória de um impostor que se faz passar por marido de uma camponesa do sul da França.

No entanto não nos isentamos de alguns problemas no estudo histórico de biografias, dentre os quais principalmente se ressalta a dificuldade na escolha dos eventuais biografados, a prevenção contra o soerguimento do personagem ao *status* de herói, ou fazer a biografia separada da história social que a ambienta, contextos estes que advêm principalmente do historiador que trabalha com personalidades singulares muitas vezes utilizar arquivos privados.

No polêmico texto *A ilusão biográfica*, Pierre Bourdieu criticou a subjetividade de biografias históricas e a falsa idéia de sentido que os biógrafos buscam dar para o biografado. Segundo ele:

A biografia é uma ilusão no sentido de que o autor da mesma, seja o biógrafo ou o próprio biografado, dão uma seqüência, ordenam conforme o que acham significativo.

Não percebem que o real é descontínuo, as coisas surgem mais ou menos de modo imprevisível, fora de propósito e de modo aleatório. (BOURDIEU, 1996, s.p.).

No rol das advertências que podemos destacar para o pesquisador biógrafo emerge o risco de tentar compreender uma vida como uma série única e por si só suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outras ligações. Além disso, a dimensão metodológica recomenda atenção as relações derivadas, relativas ao grande público e mercado que, as vezes, compromete um pouco do rigor metodológico, aproximando os métodos da história com os da literatura, numa

arriscada epistemológica, ponto onde recorrentemente se situa o dualismo da biografia e da ficção biográfica de um personagem. Ressalte-se que não é com base no biografado que se dividem as biografias literárias e as biografias históricas, nem com base na escrita, mas sim com base na parte de ficção que entra as primeiras e deve ser proibida nas segundas por razões de método.

Ficção tem como base o direito que o autor acha ter de completar ações quando os documentos lhe são insuficientes, pois toda biografia resulta de tentação criadora. O autor instruído pela vida da personagem remonta o curso de um destino fingindo pela narração constatá-lo ao longo do tempo que passa.

Atualmente, portanto, há um importante incremento das possibilidades para o estudo de biografias históricas, acentuando suas possibilidades de apresentar-se probatória, quando se refere essencialmente de biografias de pessoas vivas. Também crescem as possibilidades das biografias contribuírem para revelar constantes, indicar diferenças, captar a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida; quiçá, confirmar mitos em torno de uma pessoa.

Caso nos voltemos para estas perspectivas, operamos sobre a fronteira em que a biografia pode ser um documento de homologação, seja do conhecimento adquirido, seja das idéias prontas sobre um homem, seja das relações de um sistema político e da coletividade. Participar da história da diferença, avançando do uno ao múltiplo potencializa o percurso que vai do grupo e da sociedade ao indivíduo no grupo e na sociedade.

### **Considerações finais**

As discussões aqui propostas apontam que uma biografia é uma via de inserção para a produção de uma prática historiográfica que faculta a interpelação de referenciais, conceitos recorrentes e definições mais assentadas, em função da

exigência irrecorrível de um novo olhar sobre a história e suas fontes, a ampliação do olhar a respeito das tematizações, e a vida como padrão de referência possível, pois não é uma biografia, muito menos a justiça pretendida derivada da pesquisa, mas sim a análise do ambiente, prospectivamente, o desafio historiográfico.

O homem político, e o é o historiador por exigência do século do cenário público, se vê em suas estratégias de identidade, que recrutam sua vontade própria, mas afora isso, é tributária de construções de teias de identidades tecidas por aqueles que o cercam. Assim, ele permanece freqüentemente encerrado nos processos de objetivação que, no essencial, lhe escapam. Como diria Dossè, "Num certo sentido, o homem político é um autor em busca de um personagem. Ele se serve de tipificações como as militantes, do parlamentar ou do estadista, que tornam lógica e cronologicamente coerentes seus atos, aos olhos dele mesmo e dos outros" (DOSSE, op. cit., p. 320).

A partir desse novo referencial, mais crítico, o personagem que compõe o universo biográfico deixa de ser apenas o personagem para ganhar contornos mais amplos, como o contexto, as teorias renovadas, as condições do tempo em que vivia. Desta forma se coloca a abrangência e um posicionamento crítico em relação aos e ao seu tempo, conseqüentemente a relação tensa de sua suas ações no mundo, que em uma palavra é a vida.

## Referências

- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: \_\_\_\_\_. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2008.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martín Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. *Topoi*, v.10, n. 19, 2009, p. 7-16. Disponível em:

[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%202001%20artigo%201.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%202001%20artigo%201.pdf). Acesso em: 25/03/2011

DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

FABIANI, Jean-Louis. O que resta do agente social? A análise sociológica frente à exemplaridade biográfica e à diminuição de si. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 14(1): 33-65, maio de 2002.

FABIANI, Jean-Louis. O que resta do agente social? A análise sociológica frente à exemplaridade biográfica e à diminuição de si. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 14(1): 33-65, maio de 2002.

FUCAULT, Michel de. *Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. São Paulo: GRAAL, 1984.

GUINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

HUGUES, Portelli. *Gramsci e a Questão religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1984.

LE GOFF, J. *São Francisco*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, R. (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PALLARES\_BURKE, M. Lúcia Garcia. As muitas faces da história. Nove entrevistas. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão Religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1984.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SAID, Edward W. O papel público de escritores e intelectuais. IN: *Cultura e política*. São Paulo. Biotempo, 2003.

SARLO, Beatriz. A história contra o esquecimento. IN: *Paisagens Imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997.

WILLIAM, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.



**Autora**

*Elza Silva Cardoso Soffiatti*

Doutoranda em História Social – UNESP/FRANCA.

Coordenadora de Pós-Graduação do Centro Universitário Claretiano – SP.

E-mail: [elzasoffiatti@gmail.com](mailto:elzasoffiatti@gmail.com)

*Recebido em junho de 2014*

*Aprovado em junho de 2014*